

# PARABOLICAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
Nº 21 - ANO 3 - AGOSTO DE 1996



**AMAZÔNIA:  
GOVERNO  
DECLARA  
GUERRA ÀS  
MOTOSSERRAS**

**EXÉRCITO  
PASSA O MICO  
PARA OS  
SEM-TERRA**

**FHC ENCONTRA  
LÍDERES  
INDÍGENAS NO  
RIO NEGRO**

**GASODUTO  
BRASIL-BOLÍVIA  
TRARÁ DANOS  
AMBIENTAIS**

2 AI Raposa/Serra do Sol é capa do NY Times

Cartas

3 Exército doa áreas indígenas para reforma agrária

4 Governo declara guerra contra o desmatamento da Amazônia

6 Alta Costura Protocolo Verde busca atrair bancos privados

7 FHC visita São Gabriel da Cachoeira (AM) Gabeira conclui projeto do SNUC

8 Brasil avança devagar no debate sobre o uso dos recursos genéticos

9 Rodízio é sucesso de público em SP Coluna Ponto Doc

10 Gás natural da Bolívia muda perfil energético nacional

11 ONGs vão a Bonn discutir o PP-G7 Países ricos resistem à redução dos gases-estufa

12 A imagem pouco séria do Brasil nos EUA Agenda

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO 26/08/96

Os artigos assinados não traduzem, necessariamente, a opinião do Instituto

## DEU RAPOSA NO NEW YORK TIMES

A Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (RO) foi parar na capa do *New York Times* de 21 de julho. Como era de se esperar, o tema da reportagem é a demora do ministro Nelson Jobim em promover a demarcação de uma área com grande visibilidade pública, por abrigar 10 mil índios expostos a todo tipo de conflito de terras, reforçando, assim, as críticas e temores gerados pelo decreto 1.775.

Raposa/Serra do Sol é apenas uma dentre as oito terras que continuam sob análise da Funai, após a conclusão dos pareceres sobre as contestações apresentadas no âmbito do decreto. Apesar da campanha para as eleições municipais - e da inevitável pressão de candidatos contrários à demarcação -, ainda se pode apostar numa boa solução.

O governo dá sinais de que pretende demarcá-la em área contínua, sem as famigeradas "ilhas" aplicadas e posteriormente desaplicadas às terras Yanomami e do

Alto Rio Negro. Porém, cogita alterar os limites identificados para viabilizar uma zona de expansão para a cidade de Normandia, situada num enclave entre a área indígena e a fronteira com a Guiana. Entretanto, persiste o temor de que o governo capitule diante das forças políticas locais e siga protelando a decisão, ou que opte pelo esquartejamento da área.

No outro front de Roraima, 3 mil garimpeiros detonam impuneamente a Terra Yanomami. Em dezembro, o governo prometeu a uma comissão de direitos humanos da Organização dos Estados Americanos que visitou a área que ela seria desintrusada. Quando esteve em Londres, em março, o ministro Nelson Jobim garantiu que a operação de retirada seria retomada logo. Desde abril, o governo analisa um plano de desintrusão proposto pela Funai a um custo de R\$6 milhões - que altas fontes no governo acreditam estar superfaturado. Em 9/8, a Comis-

são Pró-Yanomami (CCPY) foi informada pelo Palácio do Planalto que a desintrusão seria feita. Até agora, no entanto, ninguém pensou numa estratégia para manter a área definitivamente livre de invasores. Duas entidades internacionais, a Survival International e o World Rainforest Movement, têm pressionado o presidente FHC para que seja retomada a retirada de garimpeiros da área, onde voltaram a funcionar 35 pistas de pouso clandestinas. Como resposta, elas só têm conseguido novas promessas.

Se nada for feito até o próximo massacre de índios, Roraima tem boas chances de voltar às manchetes da mídia internacional e sujeitar o Brasil a críticas generalizadas. Diante deste risco, o mais provável é que os recursos acabem saindo. Afinal, Roraima continua sendo calcanhar-de-aquiles da imagem da política indigenista que o governo gostaria de veicular. ☒

## EXÉRCITO PASSA O MICO

JULIANA SANTILLI E FANY RICARDO

### Mais de um quarto da extensão total das terras "doadas" pelo Exército para reforma agrária incidem sobre áreas indígenas e unidades de conservação

No fim dos anos 80, mais de 60 mil km<sup>2</sup> de terras na Amazônia foram reservadas ao Exército, através de dois decretos assinados pelo então presidente José Sarney. Na época, um total de 61.187,30 km<sup>2</sup> de terras foi "afetado a uso especial do Exército". Agora, decorridos sete anos, o Exército anuncia a "doação" da totalidade de suas terras reservadas para a reforma agrária.

Com um pequeno detalhe: da extensão total destas glebas, 25,9% incidem sobre áreas indígenas e unidades de conservação ambiental. Há ainda várias invasões de grileiros, posseiros, madeireiros e garimpeiros. Das glebas "doadas" pelo Exército, grande parte é, portanto, imprópria para assentamentos, e o Ministério da Política Fundiária deve separar o joio do trigo antes de planejar qualquer projeto fundiário.

"A maior parte dos 60 mil km<sup>2</sup> doados pelo Exército na Amazônia não se presta a assentamentos tradicionais", já declarou ao *Jornal do Brasil* o próprio coordenador do Programa Estratégico de Reforma Agrária, Aécio Gomes. Por isto, o Ministério pretende desenvolver projetos agroextrativistas, como alternativa.

O ministro Raul Jungmann também reconhece a superposição de parte destas glebas militares com áreas indígenas e unidades de conservação ambiental. Mas garante: "Se houver florestas ou índios, não haverá assentamento". Dos mais de 60 mil km<sup>2</sup>, 11.907,83 km<sup>2</sup> incidem sobre terras indígenas, ou seja, 19,47% da extensão total. Outros 3.936,02 km<sup>2</sup>, ou 6,43% da extensão total, incidem sobre unidades de conservação ambiental (*vide quadro ao lado com as glebas superpostas*).

Juridicamente, é inviável o assentamento de posseiros sobre terras indígenas, que são constitucionalmente destinadas à posse permanente e usufruto exclusivo das comunidades indígenas que nelas vivem. Já as unidades de conservação ambiental só podem ser alteradas ou suprimidas através de lei.

A relação das glebas que o Exército pretende ceder foi repassada ao *Parabólicas* pela Assessoria Especial do Ministério da Política Fundiária. Todas as 35 áreas reservadas ao Exército pelos decretos 95.859/88 e 97.596/89, do governo Sarney, foram incluídas na relação de terras a serem cedidas, somando

61.187,30 km<sup>2</sup>. Desta extensão total, entretanto, devem ser subtraídos 19,00 km<sup>2</sup>, correspondentes a uma gleba (Flexas II, em Cáceres/MT) que foi excluída pelo governo FHC da relação de terras afetadas ao uso especial do Exército (através do decreto 1.978/96). Na verdade, 61.168,30 km<sup>2</sup>, serão transferidos pelo Exército para o Ministério da Política Fundiária (e foi neste número que o *Parabólicas* se baseou para calcular as percentagens citadas).

A cessão das terras do Exército ainda deve ser formalizada por decreto presidencial. Das terras militares na Amazônia, só não devem ser cedidas a área do Cachimbo (MT), com

### SOBREPOSIÇÃO DE ÁREAS DE USO ESPECIAL DO EXÉRCITO COM: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL (extensão em km<sup>2</sup>)

Gleba do Exército	Extensão	UC Superposta	Extensão da UC	Extensão da Superposição
Aquiri	1.414,00	Flona Tapirapé/ Aquiri	1.900,00	854,56
Caracaraí	860,98	Estação Ecológica de Caracaraí	8.056,00	Total
Cinzeno	1.658,00	Reserva Biológica do Tapirapé e Flona Tapirapé/Aquiri	2.930,00	Total
Taçadal, Samaúma e Conceição	4.848,28	Reserva Biológica Estadual Taçadal	225,40	219,89
Boa Esperança e Pupunhas	4.687,90	Floresta Estadual de Rendimento Sustentado do Rio Machado	1.757,81	201,45
Rio Pardo	1.700,00	APA Estadual Margem Esquerda do Rio Negro	5.543,34	252,28

### ÁREAS INDÍGENAS (extensão em km<sup>2</sup>)

Gleba do Exército	Extensão	AI Superposta	Extensão da AI	Extensão da Superposição
Área devoluta de São Gabriel da Cachoeira	10.163,50	AI Médio Rio Negro I	18.279,00	Total
Juruena	4.295,00	AI Munduruku	9.485,41	204,79
Limão	6.965,00	AI Baú	18.500,00	66,64
Matrinxã	53,00	AI São Marcos	1.884,78	Total
Tacana	1.224,90	AI Évare I	5.481,77	Total
25 de Setembro	491,00	AI Peneri Tacaquiri	1.910,00	195,00

#### Observações:

- 1) Extensão total da área cedida pelo Exército: 61.168,30 km<sup>2</sup>;
- 2) Os dados de sobreposição foram calculados através de um Sistema de Informação Geográfica, tendo como base cartográfica a Carta Internacional do Mundo ao Milionésimo.

39.072,00 km<sup>2</sup>, reservada ao Estado-Maior das Forças Armadas, e o Centro Espacial de Alcântara (MA), com 620,00 km<sup>2</sup>.

Sabe-se que, de concreto, muito pouco uso fez o Exército das terras que lhe foram reservadas na Amazônia. Em sua grande maioria, permaneceram sem nenhuma destinação específica ou fiscalização efetiva durante os anos em que estiveram sob "guarda" militar. ☒

## CARTAS

ESCREVA PARA:  
INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
PARABÓLICAS - SEÇÃO CARTAS  
AV. HIGIENÓPOLIS, 901  
CEP 01238-001 SÃO PAULO - SP - BRASIL



### APITEREWA

Na última edição, *Parabólicas* publicou uma matéria intitulada "CPT pede redução da Área Apiterewa no Pará". A Comissão Pastoral da Terra esclarece o seguinte: o escritório da CPT que atende a região de Tucumã, sediado em Altamira, não foi consultado sobre a carta. Em Tucumã não existe representantes legais da CPT. A assinatura da carta ao ministro Raul Jungmann, de Política Fundiária, é de inteira responsabilidade e iniciativa do Vigário de Tucumã, que assinou em nome da pastoral paroquial. A CPT do Xingu, que é solidária à luta dos povos indígenas, não aceita qualquer redução de reservas, que são um direito constitucional e inviolável.

Padre Francisco Glory, coordenador da CPT/Região Norte II

*Parabólicas mantém suas informações. Além do vigário Salvador Luiz, assinaram o documento, pela CPT, o vereador Celso Faro e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, Ireni Pinto de Oliveira.*

### CIDADÃO

Envio minhas felicitações ao ISA pelas constantemente boas edições do *Parabólicas*. Especial parabéns à Marina Kahn pelo texto "Cheiro de Saudade, Cheiro de Realidade" (edição de junho). Quem vive em algum país industrializado, como os EUA ou a Inglaterra, sabe como faz falta uma padaria e como são assépticas as relações humanas. Porém, aprende o respeito que se tem aos direitos do cidadão. No Brasil, infelizmente, "direitos do cidadão" parece ser um termo que se refere à elite política e empresarial de direita, habitante de grandes áreas urbanas densamente populadas.

Olympio Barbanti Jr., doutorando na London School of Economics and Political Science Londres, Inglaterra

ERRAMOS - Casa de ferreiro, espeto de pau. No artigo "Sangue, Bioética e Populações Indígenas", de Ricardo Ventura Santos e Carlos Coimbra Jr., do *Parabólicas* de julho, por um erro de edição, foi publicada uma foto de uma Suruí (da etnia também conhecida como Aikewara), do Pará, onde deveria haver uma foto de um Suruí (ou Paiter), de Rondônia.

## Governo lança a maior ofensiva ambiental dos últimos anos na Amazônia, em resposta ao aumento das taxas de desmatamento

O governo federal deflagrou, no dia 25/7, uma verdadeira operação de guerra amazônica, que está sendo considerada a iniciativa mais ousada no combate ao desmatamento irregular dos últimos tempos. Além de modificar a legislação vigente, o plano estabelece uma moratória de dois anos nas concessões de exploração do mogno e da virola, reduz as áreas passíveis de desmatamento, amplia a fiscalização e revê os planos de manejo florestal já aprovados. Dos 400



Madeira em Rondônia: marcação cerrada do governo.

planos examinados na primeira semana após seu lançamento, 16% foram cancelados sumariamente, mas o Ibama calcula que a degola atingirá 84% do total. "Esta operação está comprovando que o Ibama funcionava muito mais como cartório do que como aplicador de regras de manejo", admite Eduardo Martins, presidente do órgão que coordena o mutirão de fiscalização que está mobilizando os órgãos ambientais estaduais, as polícias Federal, Rodoviária e Florestais, a Receita Federal, o Incra, a Funai, o Ministério Público Federal, as Forças Armadas e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

O estopim da decisão foi, justamente, a divulgação de dados do Inpe que indicam um aumento de 34,6% no ritmo de devastação da região, entre 1991 e 1994. A área total desmatada na Amazônia já chega a 470 mil km<sup>2</sup>, ou 11,8% do total, área que equivale a dois Estados de São Paulo. O mais espantoso é que estas estimativas são as primeiras divulgadas desde a Eco-92. E, ainda assim, desatualizadas. Isto não seria grave se não houvesse informações extra-oficiais de que, em 1995, o desmatamento na região excedeu, e muito, os níveis dos anos anteriores. Segundo Eduardo Martins, na prática, embora ainda não houvesse uma consolidação das informações, o Ibama já vinha trabalhando com estimativas preliminares do desmatamento. "A partir de 1997, o Inpe passará a fazer este tipo de balanço a cada seis meses", afirma.

Segundo o levantamento do Inpe, as maiores causas do desflorestamento são a exploração irregular de madeira, a implantação de pastagens em áreas impróprias para esse fim e a realização de obras de infra-estrutura mal orientadas, como a construção de estradas. Foi para reverter este quadro que o presidente FHC lançou, com alarde, o pacote amazônico.

### DELINQUÊNCIA ECONÔMICA

Durante a cerimônia, o ministro Gustavo Krause, do Meio Ambiente, avisou: "Vamos enfrentar de peito aberto a delinquência econômica na exploração madeireira". Mas acalmou os empresários: "Quem explora a floresta de forma sustentável pode ficar tranquilo". Como poucos se enquadram neste perfil, veio a chiadeira esperada. Menos previsíveis, entretanto, foram as rea-

ções díspares dos ambientalistas. Enquanto Randall Hayes, diretor executivo da Rainforest Action Network, declarava que "o resto do Mundo deveria envergonhar-se, já que nenhum outro país jamais fez tanto para salvar as florestas tropicais", várias entidades fizeram críticas até surpreendentes. À boca pequena, falou-se num esforço do governo para desviar a atenção dos números alarmantes anunciados pelo Inpe e preservar sua imagem, às vésperas de dois

eventos que ocorrem em setembro: a reunião do PP-G7, na Alemanha, e a Semana da Amazônia, em Nova York.

De fato, o ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, aproveitou o lançamento do pacote para reclamar da falta de apoio dos organismos internacionais para o Programa-Piloto de Proteção às Florestas Tropicais. Ele declarou que o G7 havia se comprometido em investir R\$ 1,5 bilhão em projetos de preservação, mas que, até agora, só foram liberados R\$ 20 milhões. "Só veio uma gota d'água", reclamou. "Não estamos buscando culpados internacionais, nem tentando justificar as ações do governo, mas há uma carência de cooperação internacional para que os compromissos possam se materializar".

Tanta agitação tem lá sua razão de ser. Apesar dos contínuos protestos internacionais, calcula-se que foram exportados 100 mil m<sup>3</sup> de mogno, irregularmente, apenas no último ano. Oficialmente, a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará e Amapá (Aimex) faturou R\$ 348 milhões no ano passado, sendo um quinto deste total proveniente da venda do mogno. O Ibama estima que o proprietário da floresta recebe apenas R\$ 20 por m<sup>3</sup> de mogno derrubado, volume que vale R\$ 600 no momento da exportação. Só no Pará atuam 3,5 mil madeireiras. "O problema", comenta Eduardo Martins, "é que muitas das empresas que tiveram seus planos de manejo cancelados nos últimos dias estão recorrendo na Justiça e podem ganhar, devido a brechas na legislação". Para ilustrar a perversidade deste sistema, ele cita as 21 mil toras de cedro apreendidas no rio Javari, na fronteira com o Peru, que o Ibama pretendia leiloar para levantar recursos. Os donos do lote conseguiram embargar o leilão e estão tentando recuperar a madeira.

As primeiras conseqüências do pacote já podem ser sentidas. Uma delas é o freio colocado no apetite vigoroso das madeireiras asiáticas, que planejavam investir US\$ 500 milhões na exploração de madeiras nobres amazônicas. Por outro lado, o pacote pode ter um efeito indireto perverso: valorizar ainda mais o mogno e virola, devido à sua escassez, assanhando ainda mais os devastadores. Por exemplo: nunca se desmatou tanto nas áreas Kaiapó, no Pará. Os madeireiros que atuam na região têm espalhado que quem não vender agora, não venderá mais. ☐

### O QUE É O PACOTE AMAZÔNICO?

A principal novidade do pacote amazônico é uma medida provisória editada pelo presidente FHC que modifica o artigo 44 do Código Florestal, que exigia que 50% da superfície das propriedades rurais da região Norte e do norte da Centro-Oeste fossem preservados. Agora, a área que pode ser cortada caiu para 20%, mas a porcentagem passa a aplicar-se apenas a áreas com fitofisionomia florestal. Na prática, a mudança deste critério não faz muita diferença, mas os proprietários de áreas de cerrado na Amazônia Legal continuam no direito de fazer o corte raso em metade de suas propriedades.

Este item sofreu algumas críticas por não diferenciar quotas de desmatamento conforme o tamanho da propriedade. Nos planos de reforma agrária agroextrativista que o Incra está preparando para a região, os lotes distribuídos terão entre 25 e 35 ha, e em áreas tão reduzidas os assentados enfrentariam dificuldades, criando uma situação que favoreceria a reconcentração da propriedade da terra. "Na verdade, os pequenos agricultores derrubam apenas um ou dois hectares por ano, e ao cabo de poucos anos voltam às primeiras áreas desmatadas, num sistema de rodízio perfeitamente sustentável", explica Eduardo Martins. "É a maior concentração de assentados deverá ocorrer em pastos ociosos, e não em florestas".

"Mas a medida mais importante, não recebeu suficiente destaque na imprensa: foi a proibição de novos desmatamentos, quando já houver áreas degradadas na propriedade, não importando aí o percentual desmatado", avalia Martins. "Em 1989, participei de experiência similar no Acre, aplicada com grande eficiência. Quem voa entre Rio Branco e Xapuri, pode ver o grande número de fazendas com pastos recuperados e o aumento da produtividade da região".

O pacote inclui também um decreto que suspende novas concessões para o corte de mogno e de virola por dois anos. O Ibama vai verificar até o fim de setembro se os planos de manejo já autorizados e válidos por 30 anos estão sendo cumpridos à risca, algo que a lei já permitia, mas não era executado. Os casos duvidosos terão suas licenças cassadas sumariamente, até a realização de uma fiscalização *in loco*.

Foi editada, ainda, uma portaria de criação de uma comissão interministerial integrada por representantes dos ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, para oferecer subsídios à elaboração de um projeto de lei que defina o que é crime ambiental.

Serão destinados R\$ 4 milhões ao levantamento anual de toda a extensão da Amazônia Legal. A partir das imagens de satélites, superpostas ao cadastro de autorizações do Ibama e dos Estados, serão definidas áreas prioritárias, que serão rastreadas com um novo tipo de sensor remoto desenvolvido pela Nasa, altamente sensível às variações da vegetação, que pode ser acoplado a aviões. A fiscalização também empregará o Sistema de Posicionamento Global (GPS). Com outros R\$ 6 milhões, será ampliada a fiscalização em terra, envolvendo 650 fiscais, 120 veículos, 30 barcos e 300 horas de voo. "Seria hipócrita dizer que teremos uma fiscalização totalmente eficiente, mas ela pode melhorar muito", diz Eduardo Martins. Não deixa de ser curioso que a retirada de mais de 3 mil invasores da Área Yanomami foi orçada pela Funai neste mesmo valor. De onde se conclui que ou a desintrusão foi supervalorizada ou o Governo Federal subestimou os recursos necessários para combater o desmatamento amazônico.

Também está previsto o fomento das atividades florestais: valorização do manejo florestal, apoio ao extrativismo e à indústria de base florestal, ampliação da rede de unidades de conservação de uso indireto e direto, como as florestas nacionais. O Ibama está estudando, inclusive, a criação de uma espécie de Bolsa da Madeira, onde se cadastrariam apenas empresas idôneas e que aceitassem ser submetidas a vistorias sistemáticas, como trampolim para o mercado internacional.

*"Finalmente o governo saiu da inércia. O curioso é que ele pega as idéias da gente e depois apresenta sem avisar [o deputado luta há meses pela moratória na exploração do mogno]. Essa iniciativa certamente trará mudanças institucionais, além de dar às ONGs maior poder de fiscalização. Entretanto, será necessário ampliar o número de fiscais na Amazônia - hoje apenas 100 -, sobretudo nos pontos estratégicos onde avança a fronteira agrícola e a indústria madeireira. Até porque, sem uma boa fiscalização em terra, um projeto como o Sivam é apenas um pouco melhor do que o controle que o Inpe já faz. Também será fundamental instituir uma política fiscal de incentivo e desincentivo ao setor madeireiro."* Gilney Viana, deputado federal (PT-MT).

*"Sou um dos raros governadores da Amazônia que defendem a redução da área que pode ser desmatada. Ela vem num bom momento, porque é hora de discutir o modelo agrícola da região. Não há como insistir, por exemplo, com a monocultura. Ao pequeno agricultor, basta ocupar 20% de sua terra, desde que ela seja bem valorizada com produtos locais, com valor agregado pela industrialização."* Alberto Capiberibe, governador do Amapá.

*"Este não é um pacote integrado, apenas uma resposta do governo às críticas dos jornais à invasão das madeiras malaias e aos números divulgados pelo Inpe. Quem quer desmatar sabe muito bem que as multas aplicadas são muito pequenas e não compensam as perdas ambientais produzidas. Além disso, seria fundamental determinar taxas máximas de desmatamento variáveis conforme o tamanho da propriedade. Aziz Ab'Saber, professor do Instituto de Estudos Avançados/USP e ex-presidente da SBPC."*

*"Os decretos são positivos, enquanto medidas emergenciais, mas insuficientes para assegurar a reversão das tendências de desmatamento a longo prazo. O Brasil segue sem uma política florestal ampla, que garanta a exploração racional dos recursos florestais".* Garo Batmanian, diretor executivo da WWF.

*"O pacote aperfeiçoa a legislação dos recursos naturais da Amazônia Legal. É a medida ambiental mais sólida adotada desde o início do Governo FHC e atende a antigas reivindicações do movimento ambientalista brasileiro".* Nota distribuída pelo Instituto Socioambiental.

*"É uma grande vitória na campanha pela preservação de uma das maiores florestas do Mundo. Agora, trabalharemos para garantir que a moratória - que ainda tem de ser aprovada pelo Congresso - seja implementada de forma adequada".* Nota divulgada pelo escritório do Greenpeace na Holanda.

*"O pacote, mesmo que direcionado para objetivos positivos, denuncia uma abordagem apressada, confusa e contraditória, que pode tornar sua implementação extremamente difícil, tanto do ponto de vista político quanto jurídico. Além disso, os dados apresentados não incorporam os desmatamentos de 1995 e foi justamente neste ano que a exploração ilegal tornou-se mais intensa, principalmente no sul do Pará, norte do Mato Grosso, Rondônia e centro-leste do Acre."* Roberto Smeraldi, coordenador do Programa Amazônia da Amigos da Terra

• **Saia justa** - O presidente do Ibama, Eduardo Martins, esteve em Curitiba para encontrar-se com ambientalistas numa cantina italiana. Entretanto, cometeu o engano de levar a tiracolo o deputado federal paranaense Luciano Pizzatto, inimigo mortal das ONGs locais. Sob protesto, os ecologistas não compareceram ao encontro, evitando assim uma guerra de raviolis.

• **Cuidados de longe** - Interpelado por parlamentares, o governo elaborou um dossiê de 50 páginas para esmiuçar sua política de proteção das florestas tropicais brasileiras. O fato seria banal se não tivesse ocorrido na Alemanha. O questionário discute desde a construção de uma termelétrica da CVRD que queimará bagaço de cana e raspa de eucalipto até o projeto Grande Carajás.

• **Madeira!** - *Chovem muitas do Ibama e madeira apreendida, apenas dez meses após a chegada das madeiras asiáticas ao Estado do Amazonas. A Amaplac, do grupo malaio WTK, que detém 300 mil ha em Carauari e adquiriu 16.500 m<sup>3</sup> em tora, dos quais 253 sem atestado de origem, e a Sifec, do governo chinês, foram multadas em R\$91.140,00 ao comercializar 8.252 m<sup>3</sup> de madeira com origem desconhecida. A Compensa, do grupo chinês Tianjin Fortune Timber, também será multada por armazenar 11 mil m<sup>3</sup> de madeira em tora sem origem comprovada.*

• **Olho vivo** - A cúpula de Brasília nega qualquer semelhança com o SNI, o temido Serviço Nacional de Inteligência que dedurou políticos de oposição durante o regime militar, mas já há quem o associe à Abin, a Agência Brasileira de Inteligência, cujo projeto de lei foi arquitetado pelo general Alberto Cardoso, chefe da Casa Militar, a pedido de FHC. O órgão será um sistema de inteligência civil e fornecerá informações e análises de caráter preventivo ao governo. Suas armas: a escuta telefônica, a quebra de sigilo de correspondência e a infiltração de agentes em movimentos sociais. Uma de suas primeiras missões: listar as fazendas improdutivas em áreas de conflito.

• **Avá-Canoeiro** - *O Ministério da Justiça recusou as contestações de uma área de 38 mil ha dos Avá-Canoeiro, em Goiás, promovidas pelas prefeituras de Minaçu e Colinas do Sul. E deve anunciar, até o fim do mês, portaria reconhecendo oficialmente a reserva. Em outubro, os Avá-Canoeiro perderão 10% de suas terras, que serão inundadas para formar a represa da hidrelétrica de Serra da Mesa. Esta área será reposta por outras terras contínuas à reserva.*

• **Champion** - Pressões da CPT e de várias ONGs levaram o governo do Amapá a suspender a tramitação do processo de licenciamento do projeto da indústria de papel Champion numa área de 200 mil ha no Estado. A empresa contornou a decisão pedindo o arquivamento do projeto e decidiu comprar ações da Amcel, reflorestadora do grupo Caemi.

• **Quilombo do Frechal** - O Ibama acaba de aprovar o plano da primeira reserva extrativista de quebradores de coco de babaçu, que tem 9.542 ha e se localiza no município de Mirinzal (MA). O Diário Oficial do dia 7/8 publicou o Plano de Utilização da Reserva Extrativista Quilombo do Frechal, apresentado pelas associações de moradores da região, para assegurar a auto-sustentabilidade da reserva. Já haviam sido aprovadas outras quatro reservas extrativistas de seringueiros, no Acre, no Amapá e em Rondônia.

• **Pós-ECO** - *Além da Rio+5, o encontro coordenado por Maurice Strong que reunirá ONGs do mundo todo no Rio, em março próximo, outro evento, em junho, fará um balanço dos cinco anos da ECO-92, só que este oficial. A ONU ainda não decidiu onde realizará esta Assembleia Geral extraordinária, mas Canadá e Estados Unidos disputam o direito de receber os dirigentes de países que assinaram as convenções e acordos da Conferência do Rio. A pauta incluirá uma nova tentativa de elaborar uma Convenção de Florestas, boicotada em 1992, e uma avaliação dos avanços do desenvolvimento sustentável no mundo.*

## UM PROTOCOLO AINDA VERDE REGINA SCHARF

### Bancos buscam formas de apoiar os poluidores que querem se corrigir

Oito meses após seu lançamento, o Protocolo Verde volta às manchetes. Os ministros do Planejamento, Antônio Kandir, e do Meio Ambiente, Gustavo Krause, estiveram na sede do BNDES, no Rio, no dia 24/7, para convidar os bancos privados a associarem-se à iniciativa, que condiciona a liberação de crédito à saúde ambiental do tomador do empréstimo. A idéia do protocolo é simples: quem polui ou desmata não tem direito a financiamento dos bancos estatais. Ele também prevê novos incentivos àqueles que querem se emendar.

“Estamos analisando o *portfolio* de financiamentos das agências oficiais e escolhendo os temas que merecem um tratamento ambiental especial”, diz Eduardo Martins, presidente do Ibama. “Só assim colocaremos a economia para falar com o meio ambiente”. O Ibama também tem se interessado no impacto econômico da gestão ambiental. “A maioria dos empreendimentos ganha competitividade no Exterior e fica mais eficiente quando os instrumentos de controle ambiental são empregados”, afirma Martins. “Entretanto, as linhas de financiamento oferecidas nem sempre levam isto em conta. Isto terá de ser revertido”.

No encontro no BNDES, Krause propôs, por exemplo, que as 6 mil agências do Banco do Brasil passem a aplicar critérios rigorosos no financiamento de empreendimentos rurais que usam agrotóxicos considerados nocivos ao meio ambiente. Com isso, pretende-se reduzir em 30% o consumo de defensivos agrícolas no País. Nesta mesma linha, o Banco do Nordeste estuda o lançamento de um programa de manejo da caatinga, para aumentar a renda do sertanejo sem destruir a paisagem da região.

Dada a novidade de tais idéias, uma delegação brasileira encabeçada pelo então presidente do Ibama, Raul Jungmann, esteve em Nova York e Washington, em abril passado, apregoando as virtudes do Protocolo Verde e trocando informações com o Branco Mundial sobre a viabilidade de implantá-lo.

Até agora, apenas os bancos públicos assinaram o Protocolo. Mesmo com o esforço do Ibama em seduzir os executivos do setor privado, tudo indica que a idéia ainda deverá demorar a difundir-se. “Não se deve esperar por resultados a curto prazo”, explica Isaura Frondizi, gerente de meio ambiente do BNDES, o decano dos bancos com preocupações ambientais. “Muito mais do que uma política coercitiva, punitiva, de negação de crédito, buscamos incentivar programas de recuperação ambiental”. Assim, o BNDES já destinou US\$ 1,6 bilhões desde 1990 para financiar projetos de controle da poluição industrial, destinação de lixo e recuperação de áreas mineradas degradadas e realização de EIA/Rimas e análises de risco, o que equivale a 6% do seu orçamento. Só no ano passado foram US\$ 498 milhões e os principais setores beneficiados foram o siderúrgico, químico, petroquímico e de fertilizantes.

Uma das principais dificuldades em convencer os bancos privados a aderir ao Protocolo Verde, segundo Isaura Frondizi, é que o retorno econômico nem sempre é vislumbrado a curto prazo. “Mais importante é esclarecer o papel social dos bancos”, afirma. “Não se pode distribuir o custo do dano ambiental causado por uma empresa a toda a sociedade”.

## FHC DISCUTE DEMARCAÇÕES COM ÍNDIOS DO RIO NEGRO

BETO RICARDO

O presidente FHC abriu espaço na agenda exclusivamente militar de sua viagem à região do Rio Negro (AM), para se encontrar com uma delegação de representantes da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e do ISA. Em sua passagem por São Gabriel da Cachoeira, em 23 de agosto, ele recebeu as duas entidades na sala reservada do comandante do Batalhão de Engenharia, acompanhado pelo ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, pelo secretário de Assuntos Estratégicos, Ronaldo Sardenberg, pelo secretário de Comunicação Social, Sérgio Amaral, pelo Chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, e pelo chefe do Comando Militar da Amazônia, general Germano Pedrosa, dentre outros.

Os representantes dos índios manifestaram satisfação pelo recente reconhecimento dos seus direitos territoriais, mas pediram agilidade na demarcação física e na homologação das cinco terras indígenas da região, que somam um total contínuo de 10,8 milhões de hectares. Também reivindicaram um plano especial de proteção e fiscalização, incluindo o Parque Nacional do Pico da Neblina, e a revogação de decretos que instituíram a criação de ilhas hoje incorporadas à Terra Indígena do Rio Negro. As entidades solicitaram, ainda, um esforço coordenado dos órgãos governamentais para encontrar uma solução para os casos de superposição de terras indígenas e unidades de conser-

vação ambiental na região, que não restrinjam os direitos indígenas garantidos na Constituição e garantam a proteção do meio ambiente.

Fundada em 1987, a Foirn reúne hoje 20 associações, representando cerca de 25 mil índios (quase 10% da população indígena do país), de 19 diferentes povos, que vivem em mais de 600 aldeias espalhadas pelo Alto e Médio Rio Negro e afluentes. A Foirn tem sede em São Gabriel, onde mantém uma rede de radiofonia que a liga a suas filiadas. Ela busca alternativas econômicas para as comunidades e o fortalecimento da rede de professores e de agentes indígenas de saúde.

A Foirn e o ISA fazem parte de um Grupo de Trabalho criado recentemente com o Ibama, a Funai e o Exército, para elaborar uma proposta de Plano de Proteção e Fiscalização do Parque Nacional do Pico da Neblina, da Terra Indígena Médio Rio Negro I e da parte amazônica da Terra Indígena Yanomami. Suas propostas serão apresentadas e discutidas com vários segmentos da população local, em reuniões setoriais e audiência pública, num espaço de seis meses, antes de serem encaminhadas para aprovação do Governo Federal.

Os representantes da Foirn presentearam FHC com dois volumes da série “Narradores Indígenas do Rio Negro”, a primeira coleção de livros de autores indígenas do Brasil.

## GABEIRA CONCLUI PROPOSTA DE PROJETO DE LEI SOBRE UCS

JOÃO PAULO CAPOBIANCO

O deputado Fernando Gabeira apresentou seu substitutivo ao projeto de lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação à Comissão de Meio Ambiente da Câmara, em 14/8.

Demorou. Foram anos de impasses e mudanças na proposta, desde seu envio pelo Governo Federal ao Congresso, em 1992. Mas, confirmando o ditado popular de que quem tem pressa come cru, o projeto acabou por ganhar qualidade no longo processo de discussão envolvendo setores governamentais e não governamentais atuantes na área.

Mesmo mantendo a visão ultrapassada que insiste em separar as unidades de proteção integral das de uso sustentável, enquanto o ideal seria o estabelecimento de diferentes níveis de restrição do uso dos recursos naturais dentro de uma mesma unidade, foram introduzidos novos conceitos de gestão integrada e participativa. Também foram estabelecidas alternativas para enfrentar os conflitos com populações residentes, que permitem avançar como nunca na conservação da diversidade biológica e cultural no País.

Sem romper a estrutura básica do projeto, as emendas propostas por diversas entidades e discutidas detalhadamente com a equipe de Gabeira estabeleceram um terreno fértil para compatibilizar situações absolutamente insustentáveis na rígida versão original. São os casos, por exemplo, dos diversos parques, reservas biológicas e estações ecológicas total ou parcialmente incidentes sobre terras indígenas. O Parque Nacional de Pacaás-Novos (RO), por exemplo, incide totalmente na Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Há, também, centenas de unidades de conservação de proteção integral com populações tradicionais residentes, sobreposições entre unidades federais e estaduais e uma série de outras situações que, na concepção original do projeto, levariam invariavelmente à redução das áreas protegidas ou à retirada forçada de populações, o



Parque Nacional de Pacaás-Novos: sobreposto à AI Uru-Eu-Wau-Wau, que, na prática, sequer seria implementado, dadas as dificuldades políticas inerentes a ações deste tipo.

No caso específico de presença de populações tradicionais - tema complexo que vinha confrontando as organizações ambientalistas às sociais - chegou-se a uma proposta de consenso que soluciona efetivamente a questão. O projeto estabelece três alternativas: promover a retirada da população residente através do reassentamento, indenização ou outra forma de compensação; celebrar termo de acordo que preveja e assegure o seu reassentamento futuro; ou ainda reclassificar a área ocupada em Reserva Extrativista ou Reserva Ecológico-Cultural. Para escolher a melhor solução, serão instituídos grupos de trabalho envolvendo representantes da população residente e do órgão ambiental e, quando for o caso, de outras instituições públicas ou privadas com reconhecida atuação na área. Para quem trabalha há anos com o tema, a possibilidade da legislação instituir procedimentos que levem a soluções negociadas parecia um sonho de uma noite de verão.

# BRASIL SE ATRASA NO DEBATE SOBRE O USO DOS RECURSOS GENÉTICOS

JOÃO PAULO CAPOBIANCO

O Brasil está acordando, com um atraso de mais de uma década, para uma discussão que tem mobilizado governos, empresários, ambientalistas e cientistas no mundo todo. A biodiversidade, um bem que parecia não ter nenhum valor, pode ser a chave de um novo boom econômico.

Os exemplos confirmam que isto não é ficção. Pelo menos 1.400 vegetais com substâncias anticancerígenas já foram catalogados, entre eles uma planta de Madagascar, ameaçada de extinção, que aumentou as possibilidades de sobrevivência de crianças com leucemia de 10% para 90%.

Na agricultura, os avanços são surpreendentes. Um gene de uma variedade nativa de cevada da Etiópia aumentou a resistência de sua congênera californiana contra um vírus fatal.

O resultado é uma economia anual de US\$ 160 milhões.

Até hoje, a biodiversidade e o conhecimento das populações tradicionais sobre sua utilização têm sido livremente utilizados pelos países desenvolvidos. Estima-se que 75% das drogas derivadas de plantas em utilização no mundo, movimentando um mercado de aproximadamente US\$ 43 bilhões, foram descobertas a partir da indicação de populações tradicionais, sem que nenhum benefício significativo tenha sido oferecido como compensação a este livre acesso.

Para reverter este quadro, a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada na Eco-92, foi um marco decisivo. Ampliou o conceito de biodiversidade para além da visão reducionista que valoriza apenas o gene ou o princípio ativo contidos nos seres vivos. Para a Convenção, o termo inclui as funções ecológicas desempenhadas pelos organismos vivos e os ecossistemas por eles formados, o que obriga os países signatários a

conservar a biodiversidade independentemente do valor econômico que possua. Além disto, reconhece a importância do conhecimento das populações tradicionais, estabelecendo a obrigatoriedade da compensação pelo seu uso.

O projeto de lei da senadora Marina trás para a legislação brasileira os avanços obtidos na Convenção, mas alguns pontos fundamentais precisam ser aprimorados. O texto atual dá margem à interpretação de que os recursos genéticos seriam bens do Estado, o que poderia levar ao entendimento que o seu uso e exploração em áreas indígenas, por exemplo, poderia ocorrer independentemente da aprovação e participação dos povos que os ocupam. Vale lembrar que a Constitui-

ção garante aos índios o usufruto exclusivo dos recursos naturais. Com relação a comunidades locais, que sequer possuem o amparo constitucional do usufruto de seus recursos naturais, essa interpretação poderá ter efeitos ainda mais perversos.

Outro problema é a delegação da regulamentação dos direitos coletivos de propriedade intelectual ao Executivo, que pode fazê-la do modo que melhor lhe convier. Dada a importância da questão para a operacionalização da lei, é necessária a criação imediata de uma comissão, no âmbito do gabinete da autora do projeto, para redigir uma proposta concreta, definindo a priori os direitos intelectuais coletivos, a ser incorporada ao texto do projeto. ☒

## RIQUEZA ESCAPA ENTRE OS DEDOS DA MÃO

O Brasil é o primeiro país da América Latina em número de espécies de mamíferos, répteis e anfíbios. A nível mundial, somos os primeiros em número de anfíbios, o terceiro em aves e o quarto em mamíferos e répteis. Só na Amazônia brasileira existem 55 mil espécies de plantas, 428 de mamíferos, 1.622 de aves, 467 de répteis e 516 de anfíbios. Nossos ecossistemas reúnem mais de 10% das cerca de 1,4 milhão de espécies vivas já descritas pela Ciência.

Estes números constam da mais importante obra sobre o tema, "Global Diversity - Status of the Earth's Living Resources", publicada em 1992 pelo World Conservation Monitoring Centre, em cooperação com outras instituições.

Parece, entretanto, que os brasileiros consideram estes números pouco importantes. O ritmo impressionante com que devastamos nossos ambientes naturais, que têm como símbolos mais trágicos a Mata Atlântica e o Cerrado, ameaça destruir nossa galinha dos ovos de ouro.

Novas espécies estão sendo descritas e imediatamente consideradas ameaçadas de extinção. É o caso do mico-leão-caissara e do bicudinho-do-brejo, recentemente descobertos no litoral paranaense. Infelizmente, muitas estarão extintas antes mesmo de serem descobertas.

Nossa ignorância não é apenas quanto ao número de espécies, mas, também, quanto ao papel que desempenham nos ecossistemas naturais e o potencial de uso para o homem. Espécies de pouco valor aparente podem ter utilidade inimaginável. São centenas de casos, como o da fruta-do-lobo, matéria-prima de diversos medicamentos; a hortelã, importante no combate à esquistossomose; o caju, que pode contribuir para a cura do câncer; os fungos, que vão ajudar a produzir ração para animais e tantos outros exemplos que demonstram que, para nós, o uso da biodiversidade pode ser a chave para um futuro mais promissor - desde que saibamos utilizá-la de forma racional e sustentável.

# SÃO PAULO DIZ SIM AO RODÍZIO

MARLEINE COHEN

Abaixo a poluição. Abaixo os congestionamentos intermináveis. Mil vezes não às multas. Por causa deste trio maquiavélico, o paulistano aderiu em massa ao rodízio, superando até mesmo as expectativas da Secretaria de Meio Ambiente. Na primeira semana da Operação, o índice médio de adesão popular foi de 93,6%. Segundo da Cetesb, 2.992.000 motoristas deixaram seus veículos em casa neste período, contra 1.046.658 no ano passado, quando o rodízio era voluntário. Um total de 46.641 multas foram lavradas no decorrer da primeira semana do rodízio.

Consequência imediata, o trânsito fluiu melhor, aliviando os engarrafamentos nos corredores de maior circulação. A Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) comparou em quilômetros a ocorrência de trânsito lento nas tardes de junho com a da primeira semana de rodízio e concluiu que, em alguns casos, a melhora foi de 100%. Corredores como a Rua da Consolação, no Centro, que apresentavam trânsito lento todos os dias de junho, ao longo de 1,3 a 3,9 quilômetros, não registraram, entre 5 e 8 de agosto, nenhum engarrafamento.

Na segunda semana da Operação, o índice de aceitação popular permaneceu grande - em torno de 95% - e São Pedro ajudou. Nova frente fria recrudescer o rigoroso inverno-96; chuvas e ventos fortes dispersaram os poluentes e garantiram, na grande maioria das estações de medição, uma qualidade do ar boa ou regular.

Apesar disto, o paulistano viu na melhora do trânsito o aspecto mais positivo da Operação. Pesquisa do InformEstado revelou, em 9 de agosto, que, para 57,2% das 208 pessoas ouvidas na Capital, o grande trunfo do rodízio era arejar ruas e avenidas. Para outros 28,4%, a medida foi acertada porque proporcionou mais policiamento na cidade. Pouco mais da metade dos entrevistados (51,2%) se manifestou a favor da Operação.

Apesar de o rodízio ter evitado que 1.618 toneladas de monóxido de carbono fossem lançadas na atmosfera somente na primeira semana, na pesquisa do InformEstado a redução da poluição só apareceu em terceiro lugar entre os benefícios proporcionados pela implantação da medida. Apenas 4,3% dos entrevistados admitiram que o rodízio melhorou a qualidade do ar, numa clara referência à exclusão da Operação dos ônibus e caminhões, responsáveis pela emissão de fumaça negra.

A maior surpresa ficou por conta de duas opiniões emitidas durante a pesquisa do InformEstado. Elas ainda devem dar muito pano para manga no futuro: indagados se o rodízio deveria ser repetido, ano que vem, 57,7% dos paulistanos se declararam a favor e 40,4%, contra. E mais: 60,1% acham que a medida deve ser obrigatória. Com multa. ☒



"Sou contra o rodízio. Imagina se São Paulo precisa de uma coisa dessas!"

# COLUNA P • O • N • T • O • D • O • C

RICARDO ARNT

## TEMPOS MODERNOS

*Surpresa. Não só o rodízio compulsório de automóveis em São Paulo foi cumprido - na maior mobilização social pelo ambiente que o País já viu -, como a população parece tê-lo aceito - e, talvez, gostado. Não houve surto de altruísmo social. Mas a retirada diária e alternada de 20% dos 2,8 milhões de veículos que circulam na cidade fez o trânsito melhorar - e melhorar para todos.*

*Aquilo que se supunha perdido e sem saída, e que só admitia resignação, o pesado, massacrante, ovino trânsito de São Paulo melhorou à vista de todos. Com menos carros, as ruas ficaram com ar de fim de semana. Os pontos de engarrafamento passaram a fluir. E até os horários de pico mostraram-se mais fáceis. Em um sistema saturado, pequenas mudanças produzem grande melhora.*

*Mas foi como se ninguém tivesse avisado. O que se esperava era mais um sacrifício chato e quase inútil para impedir a poluição do ar de entrar em êxtase. A parcela ilustrada da população já estava conformada a um exercício de estoicismo contra a indiferença e o individualismo. Súbito, ei-la sorrindo com a satisfação dos recalcitrantes.*

*Curioso apoio resignado. As pesquisas indicam que a população considera a medida ineficaz mas a apóia, mesmo contrariada - especialmente com a isenção de caminhões. Ao mesmo tempo, na primeira semana a poluição do ar aumentou, indicando como é muito mais grave do que o efeito do rodízio.*

*Todo mundo sabe que o trânsito em São Paulo é uma derrota. Todo mundo sabe que a cidade não tem transporte coletivo, que há pouco metrô e que a população pobre é a que mais sofre. Todos sabem do caráter elitista do rodízio, forçando a população a procurar alternativas que não existem. E que é fácil, para os ricos, apoiar a restrição ambiental e correr para o táxi.*

*Portanto, o rodízio não tem mérito, desgraça não tem mérito. Apoiá-lo é uma contingência. Ele se impõe porque a deterioração avança, porque não dá p'ra continuar piorando sempre e porque não há varinha de condão que resolva, agora, o bode do transporte, do desenvolvimento errado, da concentração de renda, dos anos de privilégio rodoviário, etc.*

*Não há santo do pau oco, partido ou convenção de bruxos que dê conta. São Paulo é um zênite de loucura acumulada. Lembra a criada de Fedra ponderando à sua atormentada patroa: "Caída num destino como o teu, achas que poderás escapar nadando?" Não há milagre, não tem Jaime Lerner, Stálin ou Thomas Green Morton que dê jeito. Portanto, desista-se da demagogia e comece-se a fazer alguma coisa que daqui a 45 gerações leve a algo melhor.*

*Pessimismo da vontade e da inteligência é o que não falta. Mas contra a invasão nihilista e o obstrucionismo moral, o melhor do rodízio é o alívio da melhora do trânsito, o milagre da cidade mais humanizada, pequeno triunfo da cidadania sobre a lógica de classe, vitória da razão coletiva sobre o Deus-nos-acuda. A maioria civil que apóia o rodízio em São Paulo sinaliza com progresso social e vontade coletiva. É ela que torna os paulistanos tenuamente modernos e discretamente convencidos. ☒*

# BRASIL FECHA COM A BOLÍVIA PARA RECEBER GÁS NATURAL

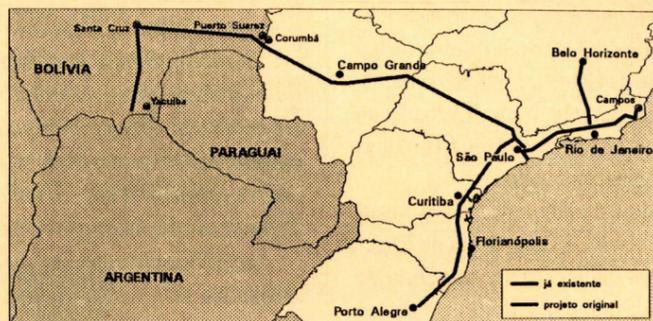
MARLEINE COHEN

## Projeto para mudar matriz energética nacional trará danos ambientais

Fim de uma novela que durou 25 anos. Brasil e Bolívia estão finalmente de acordo sobre os termos da construção do gasoduto que ligará, numa primeira etapa, Santa Cruz de la Sierra a São Paulo. O edital de concorrência internacional, no valor de US\$ 460 milhões, para dar início à obra, deve ser publicado em meados deste mês pela Petrobrás.

O gás boliviano chegará ao Brasil à razão de 8 mil m<sup>3</sup>/dia, mas este volume deve dobrar em 12 anos, representando economia diária da ordem de US\$ 1,8 milhão aos cofres públicos e flexibilização do perfil energético-ambiental. Apesar disso, o gasoduto ligando os dois países já nasce com um estigma: para chegar à São Paulo, que vai consumir metade do gás transportado, a obra deve atravessar o Pantanal e atingir áreas agricultáveis do Paraná. Só em Santa Catarina, vai desmatar 26 ha de florestas nativas.

A informação está no EIA-Rima da Engevix. No documento relata-se que, em todo o trajeto do gasoduto, a Petrobrás precisará de uma faixa de terras de 20 m



Fonte: Gazeta Mercantil, 15/01/96

de largura para escavar uma vala de 50 cm, onde não serão repostas as árvores de grande porte.

O gasoduto vai rasgar 2,9 mil km em solo brasileiro e outros 540 km na Bolívia. Orçada em US\$ 1,8 bilhão, a obra será financiada pelo Banco Mundial, pelo BID, pelos Eximbank do Japão, Alemanha e EUA, pela Cooperação Andina de Fomento e pelo BNDES. Estão previstos US\$ 60 milhões para indenizar os proprietários de terras atingidas. Do montante total, 80% se destina a obras no Brasil. O País entra com uma fatia equivalente a US\$ 1,4 bilhão e sua parceira com os outros US\$ 400 milhões.

A maioria das ações da obra, que renderá aos cofres bolivianos US\$ 200 milhões ao ano, será da

Petrobrás (51%). Os restantes 49% serão divididos entre o consórcio BTB (British Gas, Teneco e BHP Power), que fica com 25%, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, que detém 20%, e empresas privadas brasileiras, com 4%. Do lado boliviano, a Petrobrás participa com 9%.

Apesar do volume de recursos em jogo, trata-se de uma causa nobre: mudar o perfil energético do País e dar maior impulso à participação do gás natural, mais limpo, na matriz energética, passando dos atuais 2% para 11,9% em 2010 – isto é, 500% em 14 anos. Esta mesma tendência já se observa em todo o mundo e a expectativa é de a utilização do produto crescer de 19,3% para 25%.

O gasoduto terá 3 mil km entre Rio Grande e São Paulo. Este primeiro trecho estará terminado em fins de 1997. Numa segunda etapa, o projeto prevê extensão do duto até Porto Alegre e ramais até o Triângulo Mineiro e Rio de Janeiro, num total de 3,4 mil km. Uma vez concluída, a obra vai atravessar os três Estados do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas, transportando 16 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural a residências, indústrias e termelétricas nacionais.

Vai gerar mais de mil empregos diretos e constituirá uma mola propulsora para empreendimentos na área de geração de energia. Até o ano de 2002, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica anuncia a construção de seis termelétricas a gás natural – Corumbá I e II, com 60 MW, Campo Grande I e II, com 100 MW cada, e Campo Grande III, com 70 MW. Também se prevê converter, em 1997, a termelétrica de Piratininga, da Eletropaulo, do uso de óleo combustível ao gás natural e ampliar sua capacidade de 240 para 1.500 MW.

## ABASTECIMENTO SERÁ SUFICIENTE EM SÃO PAULO

Ao que tudo indica, não faltará gás em São Paulo na virada do século. Em 1999, metade dos 8 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás da Bolívia chegará a cerca de 80 municípios do Estado. Uma população estimada em 20 milhões de habitantes será abastecida com gás natural canalizado. A cada ano, o volume transportado aumentará até atingir, em 2.010, 8,1 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Petrobrás e Comgás fecharam acordo depois de algumas desavenças. Segundo Nelson Garcez Jr., diretor da Agência para Aplicação de Energia, organismo da Secretaria de Estado de Energia, as condições inicialmente apresentadas pela estatal brasileira eram “inviáveis economicamente para São Paulo”. Depois de negociações, quatro pendências foram contornadas: criou-se um vínculo entre o preço do gás natural e o do óleo combustível e decidiu-se que a Comgás pagará apenas proporcionalmente ao volume de gás que transportar. A Petrobrás manterá o fornecimento de outros 8,5 milhões de m<sup>3</sup>/dia, produzidos pelas Bacias de Campos e Santos, e se compromete a não abastecer diretamente os grandes consumidores do Estado. Com este volume de gás, dissipa-se o temor de um colapso na região Centro-Sul. Segundo pesquisa de campo realizada pela

Sociedade Privada de Gás, órgão vinculado à Companhia Paulista de Desenvolvimento, a demanda econômica de gás natural na Capital, nos anos 2.000, será de 12,7 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Municípios do Interior responderão pelo consumo de mais 5,8 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Nos seis Estados por onde o gasoduto passar, o produto será distribuído pela companhia estadual de gás. Caberá à estatal brasileira antecipar parte do financiamento do lado boliviano da obra. Em outubro, a Petrobrás publica edital para a contratação das obras, com início marcado para 1997. Diante das condições de execução do projeto, há quem diga que o gasoduto, da forma como foi planejado, é antieconômico. Essa é a opinião de Pedro Krepel, diretor do Departamento de Infra-Estrutura da Fiesp, para quem “existem alternativas mais baratas para trazer gás natural ao Brasil”. Na sua opinião, bastava construir um duto entre a Bolívia e São Paulo e abastecer o Rio Grande do Sul com o gás natural proveniente da Argentina. Paraná e Santa Catarina contariam com a produção das reservas descobertas pela Petrobrás em alto mar no Litoral Sul do País.

# REUNIÃO COLOCARÁ CARTAS DO PP-G7 NA MESA

FÁBIO VAZ DE LIMA

O PP-G7 (Plano-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil) é positivo e assegura recursos para as comunidades. No entanto, a verba alocada é insuficiente e o dinheiro recebido até o momento tem sido mal gasto, por conta da morosidade que caracteriza não só as agências financiadoras (o Banco Mundial) como também parte do governo brasileiro, para quem os compromissos da Eco-92 nem sempre são prioritários.

Esta é a mensagem que o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) coloca sobre a mesa, mês que vem, durante encontro em Bonn, na Alemanha, entre os países doadores e participantes do programa. No evento, que deve reunir representantes do Banco Mundial, da Cooperação Internacional, do PNUD (Programa Desenvolvimento das Nações Unidas) e do governo brasileiro, além de delegações dos sete países mais ricos do planeta, também estarão presentes militantes das entidades que trabalham hoje na Amazônia com os recursos do PP-G7.

Ao analisar o Programa-Piloto, a delegação de entidades representando pescadores, castanheiros, extrativistas, ONGs e produtores rurais, entre outros, dirá que os projetos de desenvolvimento sustentável contemplam efetivamente a demarcação de terras indígenas e extrativistas – já em andamento –, mas faltam recursos e metas claras para assegurar a participação

da sociedade civil. Será reivindicada a apresentação de mecanismos para dar maior agilidade aos projetos. As entidades pedirão também que sejam reformulados os critérios de elegibilidade dos PDA, projetos-piloto apresentados pelas comunidades com o objetivo de proteger as florestas tropicais. Os presentes ouvirão dizer que faltam recursos para educação e saúde em Áreas Indígenas e Reservas Extrativistas. Por fim, a política ambiental e social para a Amazônia será reavaliada.

Durante a Eco-92, o compromisso firmado entre os mais ricos e os mais pobres consistia em levantar US\$ 1 bilhão para proteger as florestas tropicais. Num quadro de recessão internacional e desvio de recursos para áreas consideradas mais prioritárias, a verba se resumiu a poucos US\$ 250 milhões em cinco anos. O destino dado a este dinheiro, que resultou também na surpreendente multiplicação de entidades reunidas em torno do GTA – passando de 8, em 1992, para 280, hoje –, o aperfeiçoamento e a ampliação do PP-G7 são os temas abordados num documento que o Grupo de Trabalho Amazônico redigiu a quatro mãos, em parceria com a Amigos da Terra, e leva para a reunião em Bonn.

Fábio Vaz de Lima é secretário-executivo do Grupo de Trabalho Amazônico.

# REDUÇÃO DE GASES-ESTUFA É PEDRA NO SAPATO DOS GRANDES

ROBERTO KISHINAMI

A Convenção Quadro para Mudanças Climáticas, assinada na Rio-92, avançou muito em 1996. O maior passo foi dado pelo Painel Internacional, com mais de 300 cientistas que pesquisam causas e consequências sócio-econômicas das alterações climáticas.

Um dos três grupos de trabalho do Painel organiza e resume evidências científicas das mudanças climáticas, enquanto resultado da emissão de gases-estufa por atividades humanas. Até-se, em particular, à queima de combustíveis fósseis e ao desflorestamento.

Desde 1990, tornou-se público o debate sobre essas evidências, por conta das divergências entre cientistas. Desde então, a maioria deles tem admitido evidências positivas dessas mudanças, embora persistisse o confronto de opiniões, pois a qualidade dos dados mais antigos disponíveis, que cobrem mais de um século, deixava margem a especulações.

Na última reunião do Painel, em maio, o relatório apresentado

foi categórico: estão ocorrendo mudanças climáticas e as consequências não podem ser negligenciadas. Além do aumento do nível do mar, a perda de produção agrícola, o crescimento da área onde ocorrem doenças tropicais, a salinização das fontes de água potável e a intensificação de fenômenos atmosféricos destrutivos são as faces de um desastre infernal.

O próximo passo será Kioto, no Japão, em 1997, na terceira reunião das partes da Convenção. A idéia que predomina entre os representantes dos países signatários é que um compromisso mais sério que a simples intenção de reduzir a emissão de gases-estufa, já expressa no texto da Convenção, deve ser assinado. Ele deverá ter a estrutura de um protocolo, como o de Montreal, em vigor para as substâncias lesivas à camada de ozônio. O seu objetivo: promover a diminuição progressiva das emissões, até um ponto em que a concentração de gases-estufa na atmosfera sejam estabilizados. Qual

é este ponto? – eis uma pergunta que ainda vai dar muito o que falar. De qualquer modo, a Convenção já havia definido que os países que mais consomem combustíveis fósseis, como EUA, Japão e União Européia, devem promover esta redução. Países menos industrializados, como Brasil, China e México, ainda não serão incluídos.

Para o Brasil, dois temas merecem atenção: o desflorestamento, principal fonte de emissão de gases-estufa, e a pressão dos países obrigados à redução para que ele aceite convênios bilaterais de implementação conjunta (*joint implementation*). No âmbito da Convenção, estes convênios, adotados provisoriamente por Costa Rica e México, aguardam avaliação.

Este tipo de convênio pode apresentar problemas, quando, por exemplo, um país investir nos reflorestamentos de uma empresa brasileira. Segundo os idealizadores da implementação conjunta, os reflorestamentos fixam o carbono e o dióxido de carbono,

principal gás-estufa. Para os investidores, sua promoção equivaleria ao cumprimento da medida.

Este esquema, bem ao gosto de quem visa mercantilizar tudo, tem um vício de origem: transfere obrigações para países que não as têm e transforma reflorestamentos em operações de dupla venda, pois comercializa mais de uma vez o mesmo produto para diferentes compradores. Afinal, os reflorestamentos são negócios com rentabilidade já assegurada por setores como o siderúrgico ou o de papel e celulose.

Vale, portanto, ficar atento. Embora o Brasil tenha resistido até hoje às pressões internacionais quanto à implementação conjunta, existem outras, internas, para fazer aprovar o esquema. São pressões que vêm de grandes empresas, estatais inclusive, que fazem dos reflorestamentos parte de suas atividades cotidianas.

Roberto Kishinami é diretor-executivo do Greenpeace.

O Instituto Socioambiental é uma instituição civil, sem fins lucrativos, fundada para propor soluções integradas a questões sociais e ambientais. Seu objetivo é defender bens e direitos sociais relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural e aos direitos humanos e dos povos. Qualquer pessoa que se identifique com esses propósitos pode tornar-se Sócio Colaborador do Instituto. Maiores informações, escreva para um dos endereços abaixo.

## Conselho Diretor

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (*presidente*),  
Eduardo Viveiros de Castro,  
Enrique Svirsky, Minka  
Bojadsen Capobianco e Neide  
Esterci

## Secretários-Executivos

Carlos Alberto Ricardo  
João Paulo Capobianco  
Márcio Santilli (adjunto)



## INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Av. Higienópolis, 901  
01238-001 São Paulo - SP  
tel: 55 11 825-5544  
fax: 55 11 825-7861

internet:socioamb@ax.apc.org

SCLN 210, bloco C, sala 101  
70862-530 Brasília - DF  
tel: 55 61 349-5114  
fax: 55 61 274-7608  
internet:isadf@ax.apc.org

**O Brasil é um país sério.****O mesmo não se pode dizer de sua imagem nos Estados Unidos**

Quando um correspondente do *The New York Times* conclui uma série de reportagens na Europa ou na Ásia, ele ou ela normalmente escreve uma longa e refletida análise sobre o país ou região onde morou. Entretanto, o *Times* quebrou esta tradição no ano passado, quando seu correspondente no Brasil, James Brooke, deixou o Rio depois de cinco anos.

O último artigo que enviou do Brasil não diz nada sobre a conjuntura nacional. Ao invés disso, ele escreveu sobre as praias de Santa Catarina para a seção de turismo publicada no domingo. Também redigiu um artigo supérfluo sobre mulheres que vendem cosméticos da Avon na Amazônia, um texto que, desde 1993, foi escrito e reciclado por quase uma dezena de jornalistas estrangeiros.

O texto de Brooke é apenas um dos exemplos da cobertura superficial sobre o Brasil na imprensa estrangeira. Ele explica porque, para a maioria dos estrangeiros, o Brasil continua a ser uma terra misteriosa e mal representada.

Quando o País vira manchete no Exterior, artigos como este reforçam velhos estereótipos, retratando aspectos exóticos, eróticos e caóticos da vida brasileira.

Veja estes outros exemplos:

- A descoberta de uma nova espécie de macaco na Amazônia ganhou mais espaço no *Washington Post* e no *Times* que a explosão de um shopping em Osasco.
- A CNN tem um correspondente permanente no Brasil, mas não menciona o presidente FHC desde sua eleição, em 1994. Entretanto, a rede fez reportagens sobre o Carnaval, ataques de tubarões, novelas e festas promovidas pelo Museu Carmem Miranda.
- A revista *Newsweek* publicou 90 páginas sobre o colapso do comunismo na Europa oriental, em 1989. Em contraste, sua cobertura sobre as eleições presidenciais

no Brasil e no Chile, igualmente importantes para esses países, não chegou a uma única página.

Esse padrão de cobertura do noticiário latino-americano está profundamente enraizado na imprensa dos Estados Unidos. Nos anos 50, o jornalista James Reston escreveu que o povo norte-americano "faria qualquer coisa pela América Latina, menos ler sobre ela." Em 1979, Mort Rosenblum, ex-correspondente estrangeiro da Associated Press, criticou o sistema norte-americano por apresentar tantas notícias do Exterior, mas admitiu "que esta é a única alternativa do cidadão norte-americano à ignorância sobre o mundo." Numa pesquisa feita com 770 correspondentes norte-americanos, o pesquisador Stephen Hess relatou que menos da metade afirmou ser capaz de fazer entrevistas na língua do país onde trabalhava.

Estas descobertas ajudam a explicar os constrangedores erros frequentemente encontrados nas reportagens sobre o Brasil. É o caso de uma declaração publicada pelo *Times* em agosto de 1992, indicando que o então presidente Collor iria renunciar dentro de poucos dias, o que só ocorreria, de fato, quatro meses depois.

Outro estudo mostra que a maior parte da cobertura sobre a América Latina envolve crises, sobretudo aquelas que afetam a política internacional de Washington e os "interesses norte-americanos", a onipresente frase empregada pelo governo dos EUA para

justificar sua interferência nos negócios da Guatemala, do Brasil, do Chile e da América Central.

O México oferece o melhor exemplo de como a cobertura jornalística norte-americana reflete, de perto, a política internacional dos EUA. Ele costumava merecer apenas uma cobertura ocasional da Imprensa norte-americana, mas a assinatura do Nafta transformou-o num importante parceiro dos EUA em suas relações exteriores. Agora, ele recebe cobertura bem maior.

À medida que empresas estrangeiras expandem seus interesses no Mercosul, a cobertura sobre os negócios na região cresce rapidamente, e as agências de notícias financeiras, como a Reuters e a Bloomberg, aumentam muito seu espaço dedicado ao Brasil.

O fluxo de informações entre o Brasil e o Exterior deve aumentar à medida que empresas como a Avon crescem no País. Agora, devemos garantir que notícias sobre importantes questões sociais e ambientais também sejam transmitidas de forma precisa.

Se o Brasil é retratado superficialmente no Exterior, isso não significa que ele não seja um "país sério". A culpa é, geralmente, do sistema noticioso e de seus mensageiros, que frequentemente demonstram ser menos "sérios" do que os temas que cobrem. ☐

Dean Graber edita a revista *Real Brazil*, publicada em Austin (EUA) (<http://lanic.utexas.edu/project/ppb/rb>)

**Agenda**

- **Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental.** Porto Alegre, RS. De 16 a 18/9. Promovido pela PUC/RS, discutirá os aterros sanitários e a recuperação de áreas degradadas.
- **Curso de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (mestrado).** São Paulo, SP. Até 16/8. Matrículas abertas, na Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP.
- **Semana da Amazônia.** Nova York, EUA. De 21 a 28/9. Promovido pela Amanaka's Amazon Network e o Ibama, com eventos no World Trade Center, na Smithsonian Institution e no Lincoln Center.